



Faculdade de Ciências da Saúde e Educação - FACES
Curso: Psicologia

O Fantasiar na Perspectiva da Análise do Comportamento

Luciana Gomes da Silva

Brasília

Dezembro/2008

Luciana Gomes da Silva

O Fantasiar na Perspectiva da Análise do Comportamento

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB,
como requisito básico para conclusão do
curso de Psicologia da Faculdade de
Ciências da Saúde e Educação.

Professor-Orientador: Dr. Carlos Augusto
de Medeiros.

Brasília

Dezembro/2008



Faculdade de Ciências da Saúde e Educação - FACES
Curso: Psicologia

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

Profª. MSc. Ana Karina Curado Rangel de-Farias

Prof. Dr. Carlos Augusto de Medeiros

Prof. MSc. Geison Isidro Marinho

Menção Final obtida foi:

Brasília

Dezembro/2008

Sumário

Resumo.....	v
Introdução.....	1
Sobre Eventos Privados.....	4
Behaviorismo Radical e Análise do Comportamento.....	4
Fantasiar como Evento Privado.....	7
Fantasiar: Análise Funcional.....	11
Fantasiar e a Literatura Infanto-Juvenil.....	17
O Fantasiar em um Contexto Clínico.....	20
Considerações Finais.....	29
Referências Bibliográficas.....	32

Resumo

Considerada uma das principais abordagens da Psicologia, a Análise do Comportamento é normalmente vista por outras abordagens como uma vertente que só considera os comportamentos publicamente observáveis como objeto de estudo. Apesar de ser vista desta forma, a Análise do Comportamento vem mostrando o contrário, desmistificando o fato de que os analistas do comportamento não avaliam os eventos considerados subjetivos. O presente trabalho analisou o fantasiar, de acordo com os princípios da Análise do Comportamento, que o considera como comportamento privado, sem considerá-lo mental. Também foram verificadas as implicações que este comportamento pode apresentar na vida do indivíduo, o que é de extrema relevância para a Psicologia, tanto no âmbito da clínica, quanto em contextos sociais e de pesquisa. Desta forma, foi discutida a proposta do Behaviorismo Radical e Análise do Comportamento acerca do que são os eventos privados, e desta forma foi abordado o fantasiar e o imaginar. Posteriormente, foi feita a análise funcional do “fantasiar”, como este se configura como comportamento, e quais as variáveis ambientais que o determinam. Também foi realizada uma comparação metafórica entre a história contada no livro da literatura infanto-juvenil “Harry Potter”, e o fantasiar como evento privado. Discutiu-se a aplicação clínica da análise do comportamento diante das variáveis envolvidas no processo de fantasiar. E, ao final, foram apresentadas as considerações do que foi analisado, visando contribuições da Análise do Comportamento em relação ao comportamento de fantasiar.

Palavras chaves: Fantasiar, Análise do Comportamento e Eventos Privados.

Na linguagem comum, a palavra “fantasiar” é usada em muitas acepções. Normalmente é empregada de forma similar aos conceitos de imaginar, idealizar, sonhar, inventar e criar. Também é empregada como um local onde processos psicológicos ocorrem, ou seja, criar na fantasia, construir ou conceber na imaginação.

Uma das primeiras definições de fantasiar (do grego, *phantasia*) é *imaginatio* (derivado do latim), ou imaginação (Aulete, 1968; 1964), que geralmente é empregada para designar uma atividade considerada mental, que está fora da realidade, ou não se encontra realmente presente, e sim que está dentro da cabeça, e não é acessível, a não ser que a pessoa o relate detalhadamente. Porém, cabe ressaltar os problemas metodológicos históricos associados a esses relatos chamados de introspecção (Schultz & Schultz, 2006). Uma mulher que imagina como será a festa do seu casamento, com flores brancas, imagina quais músicas serão tocadas, e os convidados que estarão presentes, encontra uma amiga, e descreve a ela passo a passo como imagina sua cerimônia, é um exemplo de que se pode imaginar algo sem que o mesmo esteja sendo visto ou acontecendo, e assim descrevê-lo.

Poetas, românticos e literários dos séculos passados reproduziam esta atividade em suas obras, pois, se atribuía à imaginação a parte essencial de sua criação artística.

Em crianças, o fantasiar é natural e, em alguns casos, é tido como um recurso para auxiliar a compreensão e funcionalidade de diversos assuntos trabalhados com elas, como por exemplo: pedir para uma criança relatar sobre uma história fictícia contendo personagens e como eles se comportam, e assim observar os comportamentos verbais de relatar o evento. No entanto, para alguns adultos, o fantasiar pode ir além dessas questões, que no decorrer deste trabalho serão apresentadas.

Para algumas pessoas, o fato de ter pensamentos que são fantasiosos, pode colaborar para o isolamento social, que por sua vez pode demonstrar que a sua realidade se configura como situação aversiva e, no entanto, a imaginação pode ser uma forma de idealizar o que se sente sem ter, necessariamente, o contato presente com a realidade.

A frequência do comportamento de fantasiar dependerá da função deste comportamento na relação do sujeito com seu ambiente. Pessoas em ambientes aversivos ou pouco prazerosos tenderão a fantasiar com uma frequência maior. Verificar implicações que este comportamento pode ter na vida do indivíduo é de extrema relevância para a Psicologia, tanto no âmbito da clínica, quanto em contextos sociais e de pesquisa, pois as características que este comportamento possui, diante da sociedade, são atribuídas aos processos mentais e normalmente são compreendidos como sendo saudável ou patológico.

Rótulos e padrões de comportamentos são criados, e como o comportamento de fantasiar outra realidade, sem discriminar que está imaginando, pode não ser aceito culturalmente, este então possivelmente é categorizado como patológico.

Analisar o fantasiar pode desmistificar o fato de que os analistas do comportamento não avaliam os eventos considerados subjetivos e também o fato de que só assumem o comportamento publicamente observável como objeto de estudo.

Há tempos são estudados os comportamentos, várias são as tentativas que o homem elabora para entender o motivo porque age de determinada forma. Com esse fim, avaliam traços físicos, fazem diagnósticos e mapas astrais, além de atribuírem causalidade hereditária e genética, para tais ações (Skinner, 1953/1998).

O comportamento humano está em constante processo de mudança, pois a sua interação com o meio o modifica. Isso faz com que o indivíduo se adapte a novas situações, passando a exibir padrões de comportamento bem sucedidos nesses novos contextos. De

acordo com Skinner (1957/1978), “Os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez são modificados pelas consequências de sua ação” (p. 15).

A procura por explicações acerca dos comportamentos sempre percorreu o campo da Psicologia, e antes mesmo, a Filosofia. Em algumas questões filosóficas, trata-se de uma busca por respostas sobre o que seria interno e o externo à observação humana, ou o que é a mente, o que faz parte dela e sua relação com o corpo.

O termo fantasiar será abordado no presente trabalho de acordo com os princípios da Análise do Comportamento, que o considera como uma descrição de comportamentos geralmente privados, sem considerá-los mentais, e sim, apenas inacessíveis à observação por outras pessoas além daquela que os emite (Skinner, 1974/2006).

Ao longo deste, será discutida a proposta do Behaviorismo Radical e Análise do Comportamento acerca do que são os eventos privados, e desta forma será abordado o fantasiar e imaginar. No capítulo seguinte, será feita a análise funcional do “fantasiar”, como este se configura como comportamento, e quais são as variáveis ambientais que o determinam. A aplicação clínica da Análise do Comportamento diante das variáveis envolvidas nesse processo. E, ao final, serão apresentadas as considerações finais do que foi analisado neste trabalho.

Sobre Eventos Privados

Behaviorismo Radical e Análise do Comportamento

O Behaviorismo Radical não despreza o que acontece no interior do indivíduo, mas trata esses acontecimentos como eventos privados, sem distinção dos eventos públicos quanto à sua natureza, enfatizando que são tão físicos quanto os comportamentos publicamente observáveis (Skinner, 1974/2006).

O Behaviorismo Radical restabelece um certo tipo de equilíbrio. Não insiste na verdade por consenso e pode, por isso, considerar os acontecimentos ocorridos no mundo privado dentro da pele. Não considera tais acontecimentos inobserváveis e não os descarta como subjetivos. Simplesmente questiona a natureza do objeto observado e a fidedignidade das observações (Skinner, 1974/2006, p. 19).

A diferença entre eventos privados e públicos, para o behaviorista radical, está na quantidade de pessoas que podem relatá-los com propriedade. Por exemplo, se só a pessoa “observou” o comportamento no momento em que ocorreu, este é chamado de privado, e se mais de uma pessoa o observou, este é considerado público (Skinner, 1974/2006). Skinner (1969, citado por Baum, 1994/1999) defende que os behavioristas radicais consideram esses dois eventos como sendo comportamentos de origem externa, bastando somente que sejam naturais, vindos de organismos vivos e completos, sem a exigência de os comportamentos serem publicamente observáveis ou não. É importante frisar que a Análise do Comportamento tem o Behaviorismo Radical como filosofia de embasamento. Para Moreira e Medeiros (2007), os analistas do comportamento têm como objeto de estudo tanto os comportamentos públicos (observáveis por duas ou mais pessoas, como dirigir um carro esportivo, por exemplo), quanto os comportamentos privados (observáveis apenas por quem se comporta, imaginar que está dirigindo um carro esportivo, por exemplo).

Os eventos privados não podem ser relatados por outra pessoa, além da pessoa que está em contato com ele, por exemplo: Maria está imaginando estar em uma praia. João, que está ao lado, não pode relatar a imaginação de Maria, pois o que ela imagina são eventos privados (Baum, 1994/1999).

Os eventos públicos e os privados são eventos naturais, portanto, são eventos do mesmo tipo, ou seja, possuem as mesmas propriedades. Por exemplo: se Maria imagina um pássaro cantando, ou, se Maria diz “o pássaro está cantando”, diz-se que ela está se comportando, e tais comportamentos são todos eventos naturais (Baum, 1994/1999). São considerados pela Análise do Comportamento, como comportamentos, não exigindo, portanto, que sejam publicamente observáveis (Baum, 1994/1999).

Quando se fala em eventos privados, faz-se necessária uma diferenciação dos acontecimentos fisiológicos, pois, comumente os significados são confundidos como se tivessem a mesma funcionalidade (Tourinho, 1999). O Behaviorismo Radical não nega a importância das questões que se referem à Fisiologia, porém, defende que não são objeto de estudo da Psicologia como campo independente de conhecimento. Quando se diz que eventos privados são de origem interna ao organismo, o que a Psicologia está interessada em estudar são os eventos privados que se referem a sentimentos, pensamentos, sonhos, fantasias, alucinações, etc., e não puramente as condições corpóreas essas sim fazem parte do campo da Fisiologia (Tourinho, 2001).

O comportamento é complexo e difícil de ser estudado, pois, sendo um processo e não uma coisa, torna-se dinâmico, dificultando o acesso (Skinner, 1953/1998). Explicar o comportamento tornou-se um problema, pois este sempre foi reduzido a questões acerca de causas (Skinner, 1974/2006).

A ciência já buscou explicar causas internas aos fenômenos estudados, como por exemplo: “Joãozinho não passa nas provas porque vive no mundo da lua”. Ao se atribuir

causas a eventos internos não manipuláveis, corre-se o risco de que as explicações tornem-se redundantes como, por exemplo: ele fantasia porque é uma pessoa imaginativa, mas como se sabe que ele é uma pessoa imaginativa senão pelo fato de ele fantasiar? É comum atribuir *status* causal a eventos mentais ou psíquicos como, por exemplo, dizer “ele faz coisas inovadoras por possuir uma personalidade imaginativa”. Há também as explicações atribuídas ao sistema nervoso: “fantasiou, pois, houve alterações nas substâncias do córtex e hipotálamo”. A busca por descrições baseadas na Fisiologia não são *a priori* equivocadas, mas a dificuldade encontrada está no fato de que não é possível uma observação direta, e isso torna mais fácil inventar as causas sem a devida comprovação (Skinner, 1953/1998).

Interpretações deste tipo fazem com que as variáveis que estão no ambiente fiquem de fora das explicações. Isso se torna inútil, pois como Skinner (1953/1998) afirma, não se pode analisar o comportamento sem considerar as variáveis independentes envolvidas, da qual o comportamento é função. Essa omissão costuma ocorrer quando tais variáveis externas são veladas, ou seja, de difícil acesso.

Para os analistas do comportamento, o desafio existente é justamente analisar os comportamentos privados sem desconsiderar as respostas que estão relacionadas ao ambiente externo, da mesma forma que se faz com os comportamentos públicos (Tourinho, 1999).

Algumas questões comumente levantadas acerca do Behaviorismo são, de acordo com Skinner (1974/2006), todas falsas. Como exemplos dessas más compreensões, pode-se dizer que o Behaviorismo desconsidera os sentimentos, que apresenta os comportamentos como apenas um conjunto de respostas a estímulos, que transforma a pessoa em um robô, que é necessariamente superficial, que desumaniza o homem, que negligencia sua unicidade, que trabalha exclusivamente com animais, etc. Ainda segundo o autor, essas afirmações representam uma total incompreensão do significado e das realizações de sua ciência, que talvez se justifique pela confusão em sua história de desenvolvimento.

Fantasiar como Evento Privado

O destaque dado ao cérebro na explicação de comportamentos como o de pensar e imaginar, dentre outros, sempre esteve presente em discussões acerca da Fisiologia e Psicologia. Isso ocorre, principalmente, no que tange à definição de privado como acontecimento interno (Tourinho, Teixeira & Maciel, 2000).

Skinner (1974/2006) critica o uso da introspecção como forma de acesso aos estados subjetivos, “teoria do conhecimento chamada Fisicalismo sustenta que quando fazemos introspecção ou temos sentimentos estamos encarando estados ou atividades de nossos cérebros” (p. 14).

Isso remete muitas vezes a explicações não adequadas, que, na verdade, só reforçam componentes que são mentalistas, ou seja, atribuir à palavra “mente” como sendo um lugar na cabeça ou no cérebro, onde ocorrem processos determinantes dos comportamentos (Skinner, 1989/1991). Por exemplo: “falou porque lhe veio à cabeça”. Declarações desse tipo não são úteis como explicações, pois não esclarecem a questão (Baum, 1994/1999). Neste sentido, os mentalistas e o senso comum compartilham de uma mesma opinião, pois comentários deste tipo bastam como explicações. Um outro exemplo seria: “ele criou porque estava na imaginação dele”.

Para a Ciência do Comportamento, a idéia de atribuições a ficções mentais torna-se um conjunto de problemas, pois, estes não fazem parte da natureza e, portanto, não admitidos pelos behavioristas radicais (Baum, 1994/1999).

Usar a “teoria da cópia” (em resumo, afirma que os objetos enviam cópias de si mesmos para os olhos e são armazenadas no cérebro) para explicar o imaginar é uma forma de mentalismo, o que pode levar a nenhuma explicação, pois parte do princípio que, de algum modo, o objeto foi colocado diante da visão, para ser imaginado (Baum, 1994/1999). Segundo

Skinner (1974/2006), a idéia de uma cópia interior não leva a um avanço para explicar a Psicologia. É “tão difícil explicar como podemos ver uma imagem no córtex occipital do cérebro quanto explicar como vemos o mundo exterior, que se diz ser por ela representado. O *comportamento* de ver é negligenciado em todas essas formulações” (p. 72). De acordo com Baum (1994/1999):

Isso deixa sem respostas perguntas do tipo, “Como eu sonho e imagino coisas que na verdade nunca vi?” e “É possível treinar a imaginação?” No entanto, considerar o sonhar e imaginar como atos permite que essas questões sejam abordadas por um estudo científico com maior eficiência do que são pela teoria da cópia (p. 62).

A perspectiva behaviorista parte do princípio que estas recordações ou imaginações podem diferir do ato de ver originalmente, mas são semelhantes, tratando-se de uma repetição dos comportamentos do dia-a-dia. É importante ressaltar que ver é se comportar. Imaginar é ver de novo. Mesmo que se imagine algo novo, pode-se dizer que esse imaginar é uma recombinação de repertórios (Baum, 1994/1999).

Como já dito, a Análise do Comportamento considera as situações naturais que podem ser vistas e não vistas pelo homem (Baum, 1994/1999). Em certas situações, as pessoas aparentam ter comportamentos que não são vistos por outras pessoas, e só elas podem relatá-los com propriedade. O “fantasiar” é um exemplo disso, e é chamado por Skinner (1953/1998), de “comportamento privado”, ou evento que não pode ser acessado por outra pessoa além daquela que está emitindo.

Distinguir entre um evento público ou privado nem sempre é uma tarefa fácil, pois existe uma diferença entre o relato e o evento privado relatado. Skinner (1953/1998) afirma que, com frequência, as pessoas lidam com seus comportamentos privados como se fossem públicos. Por exemplo, pensar ter dito algo, quando na verdade, estava apenas imaginando o que iria dizer. É uma maneira encontrada pelos analistas do comportamento de acessar e

colher informações dos eventos privados é por meio do relato verbal (Simonassi, Tourinho & Silva, 2001).

A dificuldade encontrada em relação à resposta verbal acerca de um evento privado está no fato de que não se pode explicá-la apontando para o estímulo controlador, como no caso dos estímulos públicos (Skinner, 1945). O problema do relato verbal acerca de eventos privados começa pelo seu estabelecimento. Ao se treinar um aprendiz a relatar eventos privados, apenas ele lhes tem acesso. Deste modo, fica muito difícil reforçar a correspondência entre o relato e o evento privado relatado. Tais dificuldades não ocorrem com o relato verbal acerca de eventos públicos, já que falantes e ouvintes entram em contato com o estímulo relatado, sendo possível se modelar a correspondência entre eles.

Ao verificar como os indivíduos reagem ou se comportam em um evento privado é importante analisar cuidadosamente o seu relato verbal, pois este não é controlado apenas pelos eventos privados, mas também pelas condições discriminativas do ambiente (Tourinho, 2001). De acordo com Skinner (1974/2006), os relatos verbais dos comportamentos podem variar, uma vez que estes são acessíveis, e determinam o que pode ou não ser dito e aceito socialmente. Ainda segundo Skinner, as descrições dos eventos privados não constituem o conhecimento dos mesmos, apenas informam, ou indicam pistas sobre em que condições o comportamento ocorre, podendo ser útil para os analistas do comportamento no sentido propiciar um ponto de partida para a investigação das variáveis correlacionadas com a sua ocorrência.

O indivíduo pode rejeitar a realidade, mas mesmo que o faça fisicamente, a interação do organismo permanece. Rejeitar a realidade muitas vezes prejudica o contato do indivíduo, o que pode levar a uma descrição casual dos fatos, onde pontos importantes de serem relatados podem ser ignorados (Skinner, 1953/1998).

Comportar-se verbalmente vai além das diversas musculaturas para executar tal ação, trata-se aqui de um comportamento como uma variável dependente. Por meio dela, pode-se saber mais sobre o comportamento de fantasiar, já que se trata de um comportamento e, portanto, suscetível às variáveis externas, como reforço, extinção, controle aversivo, dentre outros, assim como os comportamentos públicos. Desta forma, o fantasiar é tido como um comportamento que pode ser previsto e controlado (Skinner, 1953/1998).

O comportamento privado está sujeito aos estímulos reforçadores e punidores da mesma forma que o público, podendo ser manipulado pelas variáveis externas, e por meio do seu relato verbal (Simonassi e cols., 2001). Exemplo: quando uma pessoa descrever o que está imaginando, reforçar os relatos autodescritivos. Para prever se o indivíduo vai ou não emitir comportamentos fantasiosos, deve-se conhecer o máximo de variáveis possíveis. Observar o indivíduo numa determinada situação e ver quais são estas variáveis (Skinner, 1953/1998).

O fantasiar, por ser um evento privado e não poder ser manipulado diretamente, é considerado uma variável dependente e, como tal, não pode ser considerado causa de outro comportamento, por mais que este venha a exercer controle discriminativo sobre outros comportamentos (Skinner, 1953/1998). O comportamento de fantasiar não pode ser manipulado diretamente, mas, para que o controle e a manipulação deste comportamento ocorram, deverá ser feito por meio das variáveis independentes, ou variáveis que estão no ambiente externo, que poderão ser verificadas por meio de uma análise funcional (Abreu-Rodrigues & Sanabio, 2001).

Fantasiar: Análise Funcional

De acordo com Skinner (1953/1998), o reforço pode ser eficaz sendo um estímulo público ou privado. O fantasiar, por exemplo, pode ser reforçado por objetos que podem ser vistos por outra pessoa, ou que não sejam vistos por outra pessoa. Por exemplo, alguns casos, durante a representação de um personagem, exige-se do ator a necessidade de chorar. Alguns atores utilizam o imaginar uma situação aversiva, para conseguir chorar durante sua atuação.

Ao dizer que o imaginar é um evento privado natural, remete-se ao fato de que pode ser analisado e sofrer intervenções nas relações comportamentais (Tourinho, 2007). Para compreender um comportamento, é necessário conhecer o processo de interação histórica que o produziu, ou seja, as contingências de reforçamento, ambientais e da história da espécie (Andery & Sérgio, 2001).

As conseqüências de um determinado comportamento são relevantes, pois determinam a probabilidade de o comportamento voltar a ocorrer. Em linhas gerais, que o reforço pode alterar a freqüência deste comportamento (Skinner, 1953/1998).

O reforço positivo controla o comportamento uma vez que o torna mais provável. Isto vale para o reforço negativo, que interfere no controle e na possibilidade de comportamentos futuros (Moreira & Medeiros, 2007). Por exemplo, se ao imaginar situações que na realidade não estão acontecendo, e estas forem mais reforçadoras que a realidade, ou seja, produzem conseqüências reforçadoras, então a probabilidade de reincidência deste comportamento é maior. Se uma situação é extremamente aversiva, e a pessoa começar a imaginar que está numa situação mais reforçadora, a probabilidade de este comportamento ocorrer novamente

também é maior, e neste caso a resposta de imaginar é reforçada por evitar a situação aversiva.

O fantasiar é encarado como comportamento mantido por reforçadores que podem ser imediatos ou atrasados. O fantasiar pode ser reforçado imediatamente pelos estímulos proporcionados pelo evento fantasiado. Ao mesmo tempo, também pode ser reforçado posteriormente, como, por exemplo, imaginar uma história e relatá-la mais tarde, e com isso conseguir reforço de alguém, a tendência é esse comportamento de fantasiar se repetir (Skinner, 1974/2006).

No contexto terapêutico, é importante colocar que, para uma formulação adequada da interação do organismo e ambiente, é necessário verificar a ocasião em que a resposta ocorre, o comportamento e as conseqüências deste comportamento (Meyer, 1997).

O reforçamento diferencial do fantasiar, por exemplo, vai depender dos estímulos que estão presentes quando a resposta é emitida. Se, na presença de determinados estímulos, a resposta de fantasiar foi reforçada, e na presença de outros não, é possível prever quando a resposta de fantasiar será emitida (Sério, Andery, Gioia & Micheletto, 2004). Por exemplo, uma pessoa que só fantasia quando está em casa, e em outros locais não. Pode-se supor, portanto, que o comportamento de fantasiar seria reforçado nessa situação.

O ver na ausência da coisa vista pode não ser reforçado diretamente, mas os estímulos que essa resposta produz podem ter função discriminativa. Estar diante de uma situação em que há probabilidade de uma resposta ser emitida, pode ser descrito basicamente como estar diante de um problema (Skinner, 1974/2006). E a resolução deste dependerá das manipulações das variáveis e discriminações das respostas emitidas. Algumas vezes, as respostas de ver na ausência da coisa vista poder ter como produto estímulos que podem apresentar função discriminativa, que podem propiciar um comportamento subsequente que pode ser reforçado, podendo desempenhar o papel de comportamento precorrente. Por

exemplo: em um jogo de xadrez, no qual o jogador para escapar de um xeque-mate, imagina a posição das peças com a finalidade de resolver o problema e vencer o jogo (Lopes & Abib, 2002).

Como o fantasiar pode ser reforçado, este também pode eliciar respostas emocionais, imaginando um evento emocional reforçador, ou relembrando tal evento. Também pode determinar condições aversivas ao imaginar situações punitivas (Skinner, 1953/1998).

O controle aversivo faz com que o indivíduo se comporte para que algo não aconteça. E, com isso, as pessoas podem se esquivar ou fugir de estímulos aversivos (Moreira & Medeiros, 2007). Uma pessoa que está imaginando uma situação que é considerada aversiva para ela (pensamentos “negativos”, ou que um parente vai morrer, por exemplo) pode imaginar outra situação mais reforçadora e, com isso, mudar os pensamentos. Ou, ao estar em contato com uma estimulação aversiva (uma aula enfadonha, por exemplo), imaginar outra situação mais reforçadora (um dia de sol na praia, por exemplo).

Uma pessoa pode se comportar de forma a não ser punida por não poder ser observada, como por exemplo, *fantasiando* ou *sonhando*. Pode também *sublimar* através da adoção de comportamentos de preferência com efeitos reforçadores e não com conseqüências punitivas. É possível *deslocar* um comportamento passível de punição (Skinner, 1971/1983, p. 51).

Dessa forma, uma pessoa que presenciou uma agressão (uma briga de rua, por exemplo), e viu o agressor ser punido (preso), sabe que, se ele agredir alguém nas mesmas condições, corre o risco de receber punição, então, na presença de um inimigo, começa a imaginar que lhe dá socos e pontapés, e conseqüentemente, ao imaginar que o agride, não recebe punição.

É preciso que um estímulo aversivo seja apresentado para que a resposta de fuga venha a ocorrer. A resposta de fuga é reforçada negativamente pela retirada do estímulo

aversivo. Já com a esquivas, o sujeito impede que o estímulo aversivo seja apresentado. Isso implica dizer que a esquivas é um subproduto da fuga. Uma pessoa pode ter imaginado uma situação reforçadora para fugir de uma situação aversiva, pois anteriormente o fez e obteve reforçadores, porém, atualmente, não precisa que uma situação aversiva ocorra para começar a fantasiar situações reforçadoras (Sidman, 1989/2003). Se, o fantasiar não produzir mais consequências reforçadoras, o comportamento provavelmente entrará em extinção e diminuirá de probabilidade (Moreira & Medeiros, 2007).

A privação de um estímulo pode evocar uma resposta de fantasiar o objeto do qual está sendo privado. Como por exemplo, alguém que não tem contato com a pessoa amada há algum tempo, pode-se dizer que está privada da pessoa que ama, ela pode se comportar de maneira a imaginar-se com seu amado em diversos lugares, e até mesmo imaginar o amado em outras pessoas (Silva, 2000).

O comportamento pode não ser eliciado por estímulos que podem ser vistos por outra pessoa, ou que foram previamente emparelhados, o reforço operante e a privação podem ser variáveis que controlam o comportamento. Um homem que está há vários dias sem comer, pode começar a imaginar e fantasiar sobre comidas, e até imaginar algo para comer, onde não exista a disponibilidade de se conseguir comida (Skinner, 1953/1998).

Eliciar uma resposta condicionada de imaginar, de maneira a acompanhar as variáveis presentes, pode tornar o comportamento de fantasiar presente, mesmo que não se identifique algo externo, como por exemplo: realmente ver algo que estava imaginando, ou ser exposto a estímulos que lembrem tal imagem (Skinner, 1953/1998). Uma pessoa que ao passar frequentemente em uma rodovia, se depara constantemente com acidentes de trânsito e carros retorcidos, em determinado dia, ao passar pela mesma rodovia, não vê nenhum tipo de colisão, então, com isso, transitar pela mesma rodovia faz com que imagine os acidentes de trânsito. Os estímulos que eliciam o imaginar, muitas vezes não precisam estar completos,

uma parte do estímulo pode eliciar uma resposta de ver um objeto que foi condicionado (Skinner, 1953/1998).

Discriminar quais contingências controlam o comportamento são importantes, mas não são suficientes para mudá-lo, e sim uma possibilidade de alterar o que controla o comportamento (Silva, 2000).

A análise funcional é instrumento básico de trabalho do analista do comportamento, principalmente o que atua na clínica, e torna-se de fundamental importância para prever e controlar o comportamento (Meyer, 1997). O controle está implícito em uma análise funcional, principalmente quando são verificadas as variáveis independentes, e com isso, um meio de controlar o comportamento é encontrado (Skinner, 1953/1998).

Algumas dificuldades permeiam a condução de uma análise funcional no contexto terapêutico, uma delas seria o de não haver um instrumento pronto para se trabalhar, e as queixas levadas pelos clientes nem sempre indicam que os comportamentos devem ser alterados. Com isso, o analista do comportamento constrói, durante o processo terapêutico, a classe de comportamentos com qual irá lidar durante o processo, o que geralmente leva tempo, pois é necessário verificar as funções de cada um (Meyer, 1997).

As definições das classes de eventos antecedentes e eventos conseqüentes também geram dificuldades, pois várias conseqüências podem estar seguindo o comportamento, o que torna necessário verificar seus efeitos (Meyer, 1997).

A psicoterapia é considerada uma forma eficiente de controle do comportamento, e deve-se considerar a possibilidade de que um indivíduo possa controlar seu próprio comportamento. É claro que as variáveis podem apresentar padrões complexos, embora, muitas vezes, o indivíduo seja capaz de alterar as variáveis que o afetam (Skinner, 1953/1998).

Numa análise behaviorista, conhecer o outro é ser capaz de descrever o que ele faz, o que fará, bem como seu ambiente, passado e presente. O conhecimento é limitado pela acessibilidade dos fatos e não pela natureza dos fatos em si. Não é possível conhecer tudo que exista, o que não torna o desconhecido de natureza diferente, deste modo, a previsão e o controle são possíveis em algumas condições da mesma forma que os eventos públicos (Skinner, 1974/2006).

Fantasiar e a Literatura Infanto-Juvenil

“Harry Potter e o Espelho de Ojesed”

O livro que faz parte da literatura infanto-juvenil, “Harry Potter e a Pedra Filosofal” (Rowling, 2000), permite fazer uma analogia para ilustrar exemplos de como o fantasiar ocorre e alguma de suas funções. Para isso, será utilizado como metáfora o espelho de Ojesed, citado no livro, o qual permite uma comparação entre a história contada no livro e o fantasiar como evento privado.

Para iniciar uma comparação, faz-se necessária uma breve explicação sobre a história de vida do personagem principal do livro, para, então, verificar a função que o fantasiar tem em sua vida. Harry Potter sobreviveu ao assassinato dos pais, quando ainda tinha cerca de um ano de vida. Seus tios maternos eram os seus únicos parentes vivos. Harry morou por 10 anos na casa dos seus tios, onde cresceu sendo tratado com muita punição como castigos e humilhações (herdava roupas velhas do primo gorducho, seus óculos eram remendados e dormia no sótão escondido), embora ele nunca soubesse o porquê. Harry sempre se sentiu sozinho e maltratado pelos únicos parentes vivos; enfim, nunca teve um lar como gostaria, nem tampouco uma família que o amasse (Rowling, 2000).

O ver no espelho aqui é comparado com um comportamento privado, pois, Harry vê coisas que não são vistas por outras pessoas por uma propriedade mágica do espelho. Rowling (2000) descreve o primeiro contato de Harry com o espelho:

Após viver o pânico de fugir... Harry aproximou-se do espelho porque não vira somente a própria imagem no espelho, mas de uma verdadeira multidão por trás dele...

Mas o quarto estava vazio... Olhou para o espelho outra vez. Uma mulher parada logo atrás de sua imagem sorria e lhe acenava. Se ela estivesse realmente ali, ele a tocava,

pois, suas imagens estavam muito próximas, mas ele pegou apenas ar, ela e os outros só existiam no espelho... Harry estava olhando para sua família pela primeira vez na vida (p. 180).

Neste trecho acima, pode-se destacar o exemplo de como o fantasiar uma situação que na realidade não está acontecendo pode ocorrer. No caso de Harry, o fantasiar pôde produzir efeitos reforçadores poderosos, uma vez que o personagem principal do livro não conhecia sua família, ou seja, era reforçador para ele vê-los.

Na citação abaixo, fica clara a função reforçadora de olhar o espelho de Ojesed (Rowling, 2000). Logo, pode-se verificar a alta probabilidade de olhar para o espelho, o que caracteriza um comportamento positivamente reforçado, já que ir à sala do espelho produz imagens que são reforçadoras.

Harry só tinha um pensamento na cabeça, voltar para frente do espelho. Quando voltou ao espelho na terceira noite, ele encontrou sua mãe e seu pai sorrindo de novo para ele (...). Não havia nada que pudesse impedi-lo de ficar ali a noite inteira com a família (Rowling, 2000, p. 182)

Ao sair da sala, Harry convida seu amigo Rony para ir conhecer o espelho, ao chegar à sala:

- “Está vendo? Harry cochichou.
- Não consigo ver nada.
- Olhe! Olhe, eles todos... ali, montes deles...
- Só consigo ver você. Disse Rony” (Rowling, 2000, p. 182).

O diálogo acima mostra que somente Harry teve acesso ao fantasiar e, por meio do relato verbal, descreve a Rony o que imaginou.

O trecho abaixo ilustra como o fantasiar pode se tornar tão repetitivo a ponto de a pessoa passar a não distinguir se está imaginando, ou se o evento está acontecendo realmente,

e, com isso, deixar de fazer outras coisas reais por conta do fato de o imaginar ser reforçador. No senso comum, este comportamento pode ser visto como patológico.

Quanto tempo esteve parado ali, ele não sabia. As imagens não esmaeceram e ele continuou mirando-as até que um ruído distante o trouxe de volta ao presente... Então Harry encontra Dumbledore que lhe diz: Já houve homens que definharam diante dele, fascinados pelo que viram, ou enlouqueceram sem saber se o que o espelho mostrava era real ou sequer possível. Não faz bem viver sonhando e se esquecer de viver (Rowling, 2000, pp. 180; 184).

Obras literárias, tanto da categoria adulto quanto infanto-juvenil, podem ser vistas como meras invenções, cuja história trata-se de fatos imaginários, ou que tão pouco fazem parte da realidade. No entanto, são jogadas de lado oportunidades de conhecer e explorar as variações de comportamento dos personagens, que podem ter semelhanças com os comportamentos de qualquer ser humano.

Dessa forma, operando com o auxílio dos trechos da literatura citada, pretendeu-se de uma forma metafórica, identificar os aspectos do comportamento de fantasiar e demonstrar uma possível relação entre o comportamento humano e histórias fictícia.

Para Bakhtin (1979/1997), a literatura é ilimitada, e dessa forma deve ser estudada. Pois, assim como o mundo da cultura, a literatura permite várias comparações. Essa variedade de procedimentos se justifica desde que se atribua seriedade às interpretações, e descubra novos aspectos que contribuam para aprimorar sua compreensão.

O Fantasiar em um Contexto Clínico

Segundo Skinner (1989/1991) a clínica é um ambiente de preparação para o mundo, o qual o terapeuta não tem controle. Hamilton (1988, citado por Medeiros, 2002) diz que a interação dentro da clínica deve ser feita por meio do comportamento verbal, que deve ser analisado, na clínica comportamental, e que o faça com elementos conceituais de comportamento verbal em interações terapêuticas.

Segundo Banaco, Zamignani e Kovac (2001), é importante mostrar que a análise funcional leva em consideração os comportamentos privados, uma vez que estes são trabalhados freqüentemente nas sessões clínicas.

Compreender os eventos privados e o comportamento verbal é importante para a atuação clínica, pois o psicólogo terá acesso às contingências de reforçamento por meio do relato verbal do cliente (Haber & Carmo, 2007). Por exemplo, um cliente que relata imaginar-se vestindo roupas caras e dirigindo carros novos, enquanto está andando de ônibus e vestindo roupas velhas. Faz-se necessária a verificação, por parte do terapeuta, sobre que função este comportamento tem na vida do indivíduo, bem como a importância do seu relato.

De acordo com Beckert (2001), um dos maiores desafios que o terapeuta enfrenta é criar condições reforçadoras para que o cliente mantenha o relato verbal. Beckert ressalta também que, no início da terapia, o cliente fala sobre o seu mundo, sua história e seus problemas, o que faz com que o terapeuta identifique quais variáveis controlam o comportamento. Deste modo, é fundamental que o terapeuta reforce naturalmente, com comportamento de ouvinte, o relato do cliente.

Para compreender o comportamento de fantasiar, é interessante falar sobre a realidade, que, segundo Lopes e Abib (2002) é o ambiente e a própria experiência do indivíduo. O conceito de ambiente não se limita ao espaço atual, e sim a tudo que interfere no comportamento do indivíduo. Ele compreende a história de reforçamento e punição, ou seja, as contingências ao longo da vida.

Descrições dos comportamentos do próprio indivíduo, sejam eles eventos públicos ou privados, são chamados de auto-relatos. Em eventos privados, o auto-relato serve como instrumento para acessar esses eventos. Mas não pode ser visto como a única alternativa de análise do evento, uma vez que o auto-relato pode ser controlado por outras variáveis além dos eventos privados, e para uma observação mais precisa do relato verbal, faz-se necessário uma identificação das variáveis que controlam o comportamento de relatar (Sanabio & Abreu-Rodrigues, 2002).

Ouvir o cliente apenas, sem expressar reações ou posturas programadas, ou até mesmo sem se preocupar com a interação, não é tática muito adequada para ajudar o cliente (Hubner, 2001). Registrar o que é dito pelo cliente, dentro de um referencial de análise funcional, pode ser uma fonte para apurar o que é dito, e sem a punição, pode aumentar a probabilidade dos relatos verbais mais preciosos de eventos privados (Hubner, 2001). Por exemplo: quando um cliente relata que constantemente imagina fazer sexo com a esposa do vizinho, ao fazer sexo com a própria esposa, o terapeuta deve estar atento ao relato de forma a não emitir qualquer julgamento, ou expressões faciais que denotam uma reprovação ou punição, pois, se o fizer, poderá diminuir a probabilidade do cliente relatar mais sobre esses eventos.

Analisar as sutilezas do que é dito pelo cliente auxilia a encontrar as diferenças a partir do que é relatado, e com isso, ter indicadores do que pode controlar o comportamento deste cliente e sua relação com o terapeuta, por exemplo, o cliente dizer: “eu imagino que você não

queira falar sobre isso”, pode ter efeito de abrandar uma ordem equivalente, “não quero que fale sobre isso” (Hubner, 2001).

A característica do comportamento verbal é que ele é modelado e reforçado por outras pessoas, no contexto clínico, o terapeuta o faz. Sendo assim, a resposta verbal do cliente está sob controle da resposta verbal do terapeuta. O imaginar também pode ser um tipo de comportamento verbal onde o ouvinte é a própria pessoa que fantasia (Skinner, 1957/1978), como por exemplo: um pianista quando vai com por uma música, ao imaginar os tons e quais teclas do piano deverá tocar para produzir o som, então, imagina a partitura da música e começa a contar para si mesmo.

Segundo Mallot e Wharley (1976, citado por Banaco, 1997), se, ao contar uma história ou imaginação a alguém, esta pode sentir, ouvir e ver o que está sendo descrito, então tal descrição pode fazer o mesmo com quem está relatando.

O que se espera é que a resposta verbal do terapeuta não só tenha a função de estímulo discriminativo e estímulo reforçador durante a sessão terapêutica, mas também tenha esta função na vida cotidiana do cliente (Guedes, 2001). O comportamento verbal do terapeuta pode ser visto como um indicativo de que o comportamento verbal do cliente vai ocorrer ou não, se vai servir como estímulo reforçador ou punitivo (Skinner, 1957/1978).

Este processo, na terapia, facilita o vínculo terapêutico e possibilita a emissão de comportamentos que normalmente não aconteceriam em outras circunstâncias (Haber & Carmo, 2007). No entanto, de acordo com de Rose (2001), exista a possibilidade de alguns clientes não revelarem seus comportamentos, mesmo quando não estão sob o controle de situações punitivas. E estes comportamentos podem estar associados aos que estão sujeitos a punições sociais ou que são considerados tabus.

O interesse de Skinner, de acordo com Richelle (1976, citado por Borloti, Iglesias, Dalvi & Silva, 2008), é fazer uma análise da função do comportamento verbal e não uma

análise da forma como é relatado. Segundo Borloti e cols. (2008), verificar o relato como uma descrição de eventos, para assim fazer uma análise funcional e com isso verificar sua função, bem como, as relações que controlam o relatar.

Ao verificar somente o que é relatado pelo cliente, sem analisar sua função, o terapeuta, que é o ouvinte em questão, pode ficar sob o controle apenas do que é descrito. Isto implica dizer que o comportamento do ouvinte vai depender da sua história de reforçamento, uma vez que as variáveis ditas pelo falante podem manipular o comportamento do ouvinte (Borloti e cols., 2008). Como, o terapeuta está há várias sessões escutando os relatos de um cliente, que reclama da sua profissão e gostaria de passar em um concurso público, enfim, o terapeuta e o cliente chegam a uma análise de que é preciso estudar para passar nas provas; diante disso, o cliente relata estar estudando muito. Em várias sessões, relata que estudou bastante, então o terapeuta reforça os relatos, sem verificar sua função. O cliente diz que está estudando, quando na verdade pode estar apenas relatando, e o terapeuta pode estar sendo controlado pelo relato, o que não altera o comportamento relatado.

Descrições dos eventos privados podem não ser seguras, como; uma menina pergunta ao namorado o que ele está imaginando, então ele diz que estava imaginando levá-la para um jantar romântico em um restaurante chique, quando na verdade estava imaginando sair sozinho com os amigos para uma festa. Isso implica dizer que o comportamento de imaginar pode ter ocorrido, mas os estímulos conseqüentes podem ser a principal fonte de controle do comportamento de relatar (de Rose, 2001).

Não se pode dizer que o relato verbal corresponde ao conteúdo imaginado, o que pode ser verificado são as circunstâncias, ou condições em que ocorre o comportamento de relatar. Neste caso, o que está sendo verificado são as verbalizações e não o conteúdo imaginado (Matos, 2001).

A comunidade pode inferir sobre os comportamentos privados, por meio de respostas que acompanham os comportamentos públicos, embora, nem sempre estejam corretos (Skinner, 1945). Por exemplo: uma pessoa, que fica em silêncio, leva a mão ao alto da fronte, e emite expressões faciais com um leve sorriso, pode ser representada pela comunidade como uma pessoa que está se comportando de forma a imaginar algo.

A comunidade verbal é denominada por Skinner (1974/2006), como o modo pelo qual o indivíduo desenvolve comportamentos autodescritivos, quando ainda é criança, de forma a descrever seus eventos internos, por meio de mediação verbal de outras pessoas. A comunidade tem acesso aos comportamentos públicos, e com isso seleciona as respostas que consideram apropriadas para a descrição dos eventos particulares. Por exemplo, uma criança cai de uma bicicleta, corta o joelho e sangra; um adulto que está ao seu redor pergunta se ela está sentindo dor. A criança passa a discriminar que o que sente é dor, a partir do que foi dito pelo adulto. Desse modo, o conhecimento que o indivíduo pode ter dos eventos privados e o relato deste pode não ser verdadeiro.

De acordo com Skinner (1945), existem quatro formas de correlacionar os eventos públicos com os privados. Acompanhamento público; onde estímulos públicos geralmente estão próximos temporalmente aos eventos privados. Resposta colateral, onde os comportamentos públicos operantes e/ou respondentes ocorrem temporalmente próximos aos eventos privados. Generalização; quando uma pessoa descreve o que está sentindo por meio da relação de uma propriedade em comum entre o que é sentindo e um evento observável, e redução da resposta; da mesma forma que a criança descreve o seu comportamento público, ela passa a descrever o comportamento privado.

“Embora a comunidade verbal solucione o problema da privacidade dessa maneira e consiga ensinar uma pessoa a descrever muitos de seus estados orgânicos, as descrições nunca são totalmente precisas” (Skinner, 1974/2006, p. 26). O relato verbal dos eventos privados,

não pode ser considerado como manifestações dos mesmos, e sim, outro comportamento (Regra, 1997).

Deturpações de um relato também podem ocorrer devido às condições de reforçamento, isto é, quando o conteúdo distorcido do relato é reforçado, este tende a ser sustentado durante o relato verbal (de Rose, 2001). Por exemplo: um garoto relata para o terapeuta que está fazendo esporte, quando na verdade imagina estar se exercitando, o terapeuta então reforça o relato, pois, até então o garoto se mostrava ocioso, o terapeuta corre o risco de reforçar conteúdos que são imaginativos, e permanecerem ante na sessão com relatos fantasiosos.

De acordo com Banaco (1993, citado por Banaco e cols., 2001), os comportamentos privados são mais difíceis de serem relatados que os comportamentos públicos, com isso dificilmente são discriminados, o que pode conseqüentemente levar a uma direção ineficiente da terapia.

Existem casos em que o terapeuta deverá desenvolver diferentes procedimentos, ou manipular variáveis que controlem o comportamento do cliente, a depender da história do indivíduo e das contingências atuais. Em algumas situações, o terapeuta deverá desenvolver novos repertórios, e às vezes aumentar ou diminuir a probabilidade de emissão de um comportamento. “Quando o indivíduo estiver inteiramente fora de controle, não será fácil achar técnicas terapêuticas eficientes” (Skinner, 1953/1998 p. 414).

Simplesmente falar a solução do problema para o cliente pode não levá-lo a um progresso considerável. Então, levar o cliente a descobrir a solução do problema, sem alterar as variáveis que controlam o comportamento, não consiste em terapia (Skinner, 1953/1998). Ou seja, aconselhar o cliente para que ele não venha a continuar tendo pensamentos fantasiosos, a ponto de não fazer mais nada, pode não ter conseqüências satisfatórias. Reforçar os comportamentos que não sejam fantasiosos pode ser uma alternativa para levá-lo

a observar em que contexto ele fantasia. Talvez a melhor solução seja estabelecer comportamentos que produzam reforçadores similares aos obtidos com a fantasia.

Durante a sessão terapêutica, questionamentos relacionados ao comportamento, do tipo: “quando”, “em que locais”, “qual a frequência”, “o que aconteceu depois”, dentre outras, podem auxiliar o processo de discriminação dos comportamentos do cliente, de forma a verificar a maneira como reage em determinados contextos (Batitucci, 2001).

Para alguns clientes, discriminar os comportamentos não é tarefa muito fácil, principalmente para aqueles clientes que passam a fantasiar acontecimentos e não discriminam o que é real e o que é imaginário. Cabe ao terapeuta formular perguntas que dizem respeito ao que é real, de forma a desenvolver respostas concretas.

Algumas pessoas podem relatar o futuro de maneira a imaginar uma situação do presente, como eventos futuros não podem afetar o presente, os relatos destas imaginações podem servir para a não observação dos eventos ambientais (Baum, 1994/1999). Por exemplo, um cliente pode relatar que vai ter muito dinheiro e carros, e que pretende ser dono de uma loja de jóias. Porém, não relata como está agindo para conseguir estes bens.

Segundo Batitucci (2001), algumas tarefas podem ser realizadas em casa, como, pedir para o cliente observar as situações e acontecimentos do dia-a-dia, bem como sua frequência e quais as conseqüências. Com isso, o terapeuta pode aumentar a probabilidade de o cliente observar os acontecimentos reais.

Conforme o terapeuta se estabelece como uma audiência não-punitiva, ou seja, não critica o cliente, nem pune de qualquer forma o seu relato, o comportamento que previamente havia sido punido começa a aparecer no consultório (Skinner, 1953/1998). Por exemplo: o cliente, ao falar que já imaginou cometer um assassinado e este comportamento foi reprovado com críticas pela sociedade, o terapeuta escuta tal relato como uma coisa casual sem fazer qualquer distinção de juízo. Relatos que seriam punidos pela sociedade começam a ser

emitidos na presença do terapeuta, o qual, por exercer a audiência não punitiva, adquire uma função de estímulo diferente das pessoas ao redor do cliente.

Se o terapeuta mantiver sua posição como audiência não-punitiva, os comportamentos que anteriormente foram punidos se tornarão mais presentes na sessão terapêutica, e com isso a extinção de alguns efeitos da punição podem ocorrer. Este é um dos objetivos da terapia (Skinner, 1953/1998).

Alguns terapeutas têm utilizado a fantasia para identificar os aspectos comportamentais dos eventos privados e fatores relacionados ao ambiente, bem como a formação de conceitos adquiridos pelo cliente ao longo da vida (Regra, 1997). Pode-se pedir para o cliente imaginar um lugar ou uma situação hipotética, e assim perguntar o que faria em determinada situação e, conseqüentemente, quais sentimentos estariam relacionados, verificando e questionando, assim, o efeito deste comportamento em relação ao ambiente.

A formulação de hipóteses é um tipo de fantasia. Pedir para uma pessoa descrever o que aconteceria caso ela se tornasse chefe de uma empresa multinacional, com isso imaginar certas mudanças ambientais, de uma forma que não foi utilizada antes, explorando possíveis resultados (Banaco, 1997)

Não há novidade no fato de que terapeutas estão utilizando os comportamentos privados para avaliarem as mudanças nos comportamentos públicos dos clientes. Não só os terapeutas cognitivistas o fazem, como também aos behavioristas radicais se pronunciam a esse respeito (Banaco, 1997). Para Skinner (1974/2006):

Algumas práticas da terapia de comportamento, nas quais se pede ao paciente imaginar várias condições ou acontecimentos, foram criticadas como não genuinamente comportamentais por fazerem uso de imagens. Mas não existem imagens no sentido de cópias privadas; o que existe é comportamento perceptivo, e as medidas tomadas pelo psicoterapeuta visam fortalecê-lo. Ocorre uma mudança no

comportamento do paciente se aquilo que ele vê (ouve, sente, etc.) tem o mesmo efeito positiva ou negativamente reforçador das próprias coisas quando vistas (p. 75).

O que o cliente relata, às vezes, são conteúdos de natureza fantasiosa, e com isso passa a se comportar de acordo com a sua imaginação (Banaco, 1997). Por exemplo: um senhor que imagina estar vivendo em um ambiente comparado a uma guerra, onde carros são comparados a tanques de guerra, imagina que todos ao seu redor são soldados e inimigos. Este senhor pode se comportar de forma a imaginar ser perseguido e perseguir os outros, perdendo a discriminação entre perceber na presença do estímulo e percebê-lo na sua ausência.

Em terapia, diante desta situação, o terapeuta deve agir de forma a não questionar se a história por ele contada é real ou não. Se o terapeuta, por acaso, verificar um relato que não condiz com o contexto, e acredita ser fantasioso, este deve analisar o que atua sobre o comportamento deste cliente, com perguntas detalhadas sobre a situação e melhor esclarecimento do relato. Cabe ao terapeuta saber analisar funcionalmente o que vai ser utilizado na sessão, e manter o cliente de forma a discriminar os momentos em que irá se comportar (Banaco, 1997).

Considerações Finais

Aplicando os princípios da Análise do Comportamento, foi possível concluir que o fantasiar trata-se de um comportamento de ver na ausência da coisa vista e, com isso, verifica-se que o imaginar é um comportamento produzido pelas contingências de reforçamento.

De acordo com os autores abordados neste trabalho, para analisar o fantasiar na perspectiva da Análise do Comportamento, este deve ser visto como um comportamento, e, portanto, uma interação do organismo com o ambiente.

Diante da questão, pode-se observar que o fantasiar é tido como um comportamento que pode ser previsto e controlado. Porém, por ser considerado um evento privado, não pode ser manipulado diretamente. O imaginar é tido como uma variável dependente, e como tal, não pode ser considerado causa de outro comportamento (Skinner, 1953/1998). O controle e a manipulação do comportamento de fantasiar deverão ser feitos por meio das variáveis independentes, ou variáveis que estão no ambiente externo (Abreu-Rodrigues & Sanabio, 2001).

Por meio de uma análise funcional do fantasiar, pode-se verificar que este comportamento está suscetível às variáveis externas. O reforço e a extinção, dentre outros, podem auxiliar no contexto clínico, uma vez que estes alteram a probabilidade de o comportamento acontecer.

Durante as sessões de terapia, a observação e análise do comportamento do cliente são importantes, pois permitem verificar como o cliente reage aos relatos de determinados contextos. Na prática clínica, o relato verbal do imaginar pode servir como instrumento para identificar qual a relação entre o conteúdo imaginado e o ambiente em que a pessoa está exposta. No entanto, não podem ser consideradas como única alternativa, uma vez que os

relatos podem não ser confiáveis, por estarem sendo controlados por outras variáveis. Para isso, o psicólogo deve saber identificar as variáveis que controlam o comportamento.

Pôde-se verificar a importância de se compreender os eventos privados e o comportamento verbal, durante a atuação clínica, pois muito do que é relatado pelo cliente durante a sessão poderá ser confundido com o conteúdo do que é imaginado, e isso pode dificultar a discriminação dos comportamentos e, conseqüentemente, levar a um manejo inadequado das contingências presentes em terapia.

Considerar os comportamentos privados em uma análise funcional, é fundamental, pois, estes são trabalhados freqüentemente nas sessões clínicas. Cabe ao terapeuta verificar quais variáveis controlam o comportamento de imaginar e, principalmente, verificar qual a função deste comportamento, e sua relação com o relato verbal.

Na prática clínica, a forma como o terapeuta age diante do relato, determinará como será o andamento do relato, uma vez que uma audiência sem julgamentos facilita o manejo da mesma. Dessa forma, o terapeuta não deve questionar se o que o cliente relata é real ou não. O terapeuta investigará primeiramente os eventos ambientais que fazem com que o cliente se comporte de tal forma, e após coletar os dados verificará as variáveis para modificação do comportamento, se for o caso.

Formular as perguntas adequadas se faz necessário para uma terapia onde o relato sobre os conteúdos imaginados estão presentes, uma vez que deve ser identificada sua função, para evitar confusão por parte do terapeuta. Perguntas fechadas, que permitem respostas do tipo “sim e não” devem ser evitadas, uma vez que perguntas abertas permitem que a pessoa que está respondendo dê mais informações (Batitucci, 2001).

O problema não é o fantasiar em si, como dito anteriormente, este também pode ser um recurso utilizado em terapia, a questão é o fantasiar se tornar tão repetitivo a ponto de a

pessoa passar a não distinguir se está imaginando ou não, e com isso deixar de fazer outras coisas reais por conta do imaginar ser reforçador.

Para finalizar, acredita-se que o objetivo deste trabalho foi alcançado, percebe-se que, na clínica comportamental, o fantasiar pode ser trabalhado de forma a visar um progresso do cliente.

É importante frisar aqui, as considerações que a Análise do Comportamento faz em relação ao comportamento de fantasiar, pois, ao contrário do que alguns podem imaginar, o fantasiar é estudado e trabalhado na clínica comportamental, e de forma enriquecedora.

Nesta monografia, foram propostas, de forma simplificada, algumas estratégias de se verificar as funções que o imaginar pode apresentar, podendo, assim, auxiliar a atuação de psicólogos frente a uma situação onde o cliente expõe o fantasiar. Desta maneira, espera-se que este trabalho contribua para o enriquecimento acadêmico e profissional, pois, sabe-se que o tema evento privado é amplo e complexo, e de grande relevância para o conhecimento do psicólogo.

Referências Bibliográficas

- Abreu-Rodrigues, J. & Sanabio, E. T. (2001). Eventos Privados em uma Psicoterapia Externalista: causa, efeito ou nenhuma das alternativas? Em H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz, & M. C. Scoz. *Sobre comportamento e cognição: Vol. 7. Expondo a variabilidade* (pp. 206-216). Santo André: ESETec.
- Andery, M. A. P. A. & Sério, T. M. A. P. (2001). Behaviorismo Radical e os determinantes do comportamento. Em H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz, & M. C. Scoz. *Sobre comportamento e cognição: Vol. 7. Expondo a variabilidade* (pp. 159-163). Santo André: ESETec.
- Aulete, C. (1964). *Dicionário contemporâneo de língua portuguesa. Vol. 1*. Rio de Janeiro: Delta S/A.
- Aulete, C. (1968). *Dicionário contemporâneo de língua portuguesa. Vol. 2*. Rio de Janeiro: Delta S/A.
- Banaco, R. A. (1997). Fantasia como instrumento de diagnóstico e tratamento: a visão de um behaviorista radical. Em M. Delitti, *Sobre o comportamento e cognição: Vol. 2. A prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental*. (pp. 115- 119). São Paulo: ARBytes.
- Banaco, R. A., Zamignani, A. R. & Kovac, R. (2001). O estudo de eventos privados através de relatos verbais de terapeutas. Em R. A. Banaco, *Sobre comportamento e cognição: Vol.1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitiva*. (pp. 283-295). Santo André: ESETec.
- Bakhtin, M. M. (1997). *Estética da criação verbal*. (M. E. G. G. Pereira, trad.). São Paulo: Martins Fortes. (Original publicado em 1979).

- Batitucci, L. A. V. (2001). *Autoconhecimento em contexto clínico uma abordagem Behaviorista Radical*. Monografia de conclusão de curso, Centro de Ensino Universitário de Brasília, Brasília, DF.
- Baum, W.M. (1999). *Compreender o Behaviorismo: Ciência, Comportamento e Cognição*. (M. T. A. Silva, M. A. Matos, G. Y. Tomanari, E. Z. Tourinho, trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Beckert, M. E. (2001). A partir da queixa, o que fazer? Correspondência verbal-não-verbal: um desafio para o terapeuta. Em H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz, M. C. Scoz. *Sobre comportamento e cognição: Vol. 7. Expondo a variabilidade*. (pp. 217-226). Santo André: ESETec.
- Borloti, E., Iglesias, A., Dalvi, C. M. & Silva, R. D. M. (2008). Análise comportamental do discurso: fundamentos e método. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24, 101-110.
- de Rose, J. C. C. (2001). O relato verbal segundo a perspectiva da análise do comportamento: contribuições conceituais e experimentais. Em R. A. Banaco. *Sobre comportamento e cognição: Vol.1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitiva*. (pp.146-160). Santo André: ESETec.
- Guedes, M. L. (2001). O comportamento governado por regras na prática clínica: um início de reflexão. Em R. A. Banaco. *Sobre comportamento e cognição: Vol.1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitiva*. (pp.136-141). Santo André: ESETec.
- Haber, G.M & Carmo, J. S. (2007). O fantasiar como um recurso na clínica comportamental infantil. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9, 45-61.
- Hubner, M. M. C. (2001). Comportamento verbal e prática clínica. Em R. A. Banaco. *Sobre comportamento e cognição: Vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitiva*. (pp. 377-386). Santo André: ESETec.

- Lopes, C. E. & Abib, J. A. D. (2002). Teoria da Percepção no Behaviorismo Radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18, 129-137.
- Matos, M. A. (2001). Eventos privados: o sujeito faz parte de seu próprio ambiente? Em R.A. Banaco. *Sobre comportamento e cognição: Vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitiva*. (pp.226-237). Santo André: ESETec.
- Medeiros, C. A. (2002). Comportamento verbal na terapia analítico comportamental. *Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva*, 4, 105-118.
- Meyer, S. B. (1997). O conceito de análise funcional. Em M. Delitti. *Sobre o comportamento e cognição: Vol. 2. A prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental*. (pp. 31-36). São Paulo: ARBytes.
- Moreira, M. B. & Medeiros, C. A. (2007). *Princípios básicos de análise do comportamento*. Porto Alegre: Artmed.
- Regra, J. A. G. (1997). Fantasia: instrumento de diagnóstico e tratamento. Em M. Delitti. *Sobre o comportamento e cognição: Vol. 2. A prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental*. (pp.107-114). São Paulo: ARBytes.
- Rowling, J. K. (2000). *Harry Potter e a Pedra Filosofal*. (L. Wyler, trad.). Rio de Janeiro: Rocco.
- Sanabio, E. T. & Abreu-Rodrigres, J. (2002). Efeitos de Contingências de Punição Sobre os Desempenhos Verbal e não Verbal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18, 161-172.
- Schultz, D. P. & Schultz, S. E. (2006). *História da psicologia moderna*. Vol. 8. (S. S. M. Cuccio, trad.). São Paulo: Thomson Learning.
- Sério, T. M. A. P., Andery, M. A., Gioia, P. S. & Micheletto, N. (2004). *Controle de estímulos e comportamento operante: uma nova introdução* Vol. 2. São Paulo: EDUC – PUC.

- Sidman, M. (2003). *Coerção e suas implicações*. Campinas: Livro pleno. (original publicado em 1989).
- Silva, M. F. (2000). Uma análise Behaviorista Radical dos sonhos. *Psicologia: reflexão e crítica*, 13, 435-449.
- Simonassi, L. E. Tourinho, E. Z. & Silva, A. V. (2001). Comportamento Privado: acessibilidade e relação com comportamento público. *Revista Ciência e Profissão*, 14, 133-142.
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 1-13.
- Skinner, B. F. (1978). *O comportamento verbal*. (M. P. Villalobos, trad.) São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1957).
- Skinner, B. F. (1983). *O mito da liberdade*. (E. R. B. Rebelo, trad.). São Paulo: Summus. (Original publicado em 1971).
- Skinner, B. F. (1991). *Questões recentes na análise comportamental*. Campinas: Papirus. (Original publicado em 1989).
- Skinner, B. F. (1998). *Ciência e comportamento humano*. Vol. 4. (J. C. Todorov, R. Azzi, trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (2006). *Sobre o Behaviorismo*. Vol. 10. (M. P. Villalobos, trad.). São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1974).
- Tourinho, E. Z. (1999). Eventos privados: o que, como e por que estudar. Em R. R. Kerbaux, & R. C. Wielenska, *Sobre comportamento e cognição: psicologia comportamental e cognitiva: Vol. 4. Da reflexão teórica à diversidade na aplicação*. (pp. 13-25). Santo André: ESETec.

- Tourinho, E. Z., Teixeira, E. R. & Maciel, J. M. (2000). Fronteiras entre análise do comportamento e fisiologia: Skinner e a temática dos eventos privados. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 13, 425-434.
- Tourinho, E. Z. (2001). Eventos privados em uma ciência do comportamento. Em R. A. Banaco. *Sobre comportamento e cognição: Vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitiva*. (pp. 172- 184). Santo André: ESETec.
- Tourinho, E. Z. (2007). Conceitos científicos e “eventos privados” como resposta verbal. *Interação em Psicologia*, 11, 1-9.